

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www. www.au.int](http://www.au.int)

SC14880 – 61/61/34/10

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Vigésima-quinta Sessão Ordinária
14 – 15 de Junho de 2015,
Joanesburgo, África do Sul

Assembly/AU/9(XXV)
Original: Francês

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O PONTO DE SITUAÇÃO NO
MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA

RELATÓRIO SOBRE O PONTO DE SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA

I. Introdução:

1. A questão palestina continua a ser o assunto de interesse e acompanhamento contínuo da União Africana, em solidariedade com o povo palestino na sua luta pela liberdade e recuperação das suas terras ocupadas pelos israelitas desde 1967. A luta palestina é a afirmação do direito de seu Estado de existir em todo o território palestino, com Jerusalém Oriental como sua capital. A posição africana também apoia a retirada imediata de Israel dos Montes Golã, na Síria, e do Sul do Líbano.

2. A posição africana sobre a situação na palestina enquadra-se no contexto do apoio à Parceria África-Árabe num assunto crucial para o mundo árabe. Esta posição é consistente com os valores comuns da UA de liberdade, justiça e princípios humanitários, que a África defende nas instâncias internacionais. A UA compartilha estes valores com aqueles que defendem os direitos dos palestinos e se esforça para assegurar que a Palestina recupere o seu direito de existir como um Estado principal numa região onde abunda grande parte da história da humanidade e das religiões, e que é considerada como o berço dos profetas, mensagens e civilizações que o mundo tem a obrigação de preservar.

3. Durante o período em análise, as eleições israelitas estiveram à ribalta e ensombraram a revitalização dos esforços de paz, particularmente para certos desenvolvimentos na cena internacional e o impasse da posição dos Estados Unidos, devido às relações frias entre a administração Obama e o Governo Netanyahu, que voltou ao poder depois de vencer as eleições.

4. A UA apoia a solução pacífica e apela ao reatamento das negociações de paz entre os israelitas e os palestinos, bem como os esforços internacionais e regionais destinados a encontrar uma solução pacífica justa e definitiva com base no princípio de dois Estados. Apela à aplicação, sem demora, das decisões e resoluções relevantes da União Africana e do Conselho de Segurança da ONU, o que contribuirá, sem dúvida, para a resolução dos problemas que assolam a região árabe em termos de instabilidade política e conflitos ideológicos, intelectuais e partidários, que mergulharam a região numa violência e ao surgimento de movimentos extremistas no Iraque, na Síria e no Líbano, impondo, assim, uma ameaça à paz e segurança regionais. Uma solução viável para a questão palestina é aquela que pode contribuir para a resolução dos problemas árabes em geral e reduzir o estado de tensão e frustração no mundo árabe.

II. Jerusalém Ocupada:

5. As tentativas de judaização de Jerusalém ainda estão ser perseguidos pela entidade sionista, permitindo que extremistas judeus realizem os seus ritos religiosos dentro da acção implacável do Estado sionista de alterar os locais históricos da cidade de Haram al-Sharif e através de eliminação de monumentos islâmicos e cristãos, apesar da posição inequívoca da comunidade internacional e representada pelos

princípios do direito internacional e as resoluções da legitimidade internacional sobre a matéria na Jerusalém ocupada.

6. Apesar de todas as advertências e resoluções internacionais, o Estado de Israel continuou a mudar os marcos da cidade e a proteger grupos de extremistas e colonos judeus nos seus ataques contra lugares sagrados islâmicos e cristãos, gerando muita fricção e violência, cujas vítimas, invariavelmente, muçulmanos e cristãos não estão armados.

7. Os planos para a judaização, portanto, continuam no resto de Jerusalém Oriental, com o objectivo de eliminação total da solução de dois Estados, apesar dos esforços do Rei Abdullah da Jordânia e do rei Mohammed VI, Presidente do Comité de Al-Quds. Na última Cimeira Árabe realizada em Sharm El-Sheikh, o Presidente Mahmoud Abbas apelou a todos os homens livres do mundo para visitar Al-Quds, em Jerusalém, em solidariedade com a resistência do seu povo e o seu direito de estabelecer o Estado da Palestina com capital em Jerusalém Oriental.

III. Conversações de Paz Israelo-Palestiniana

8. O impasse nas negociações de paz entre israelitas e palestinos prevalece e o compromisso de Israel para com a paz continuou fraco, especialmente na era de Netanyahu, cuja política tende mais para a violência e extremismo, confiscação de terras e persistência na arrogância do poder e, o pior, na exploração dos aliados de Israel. Netanyahu revelou a verdadeira natureza da sua posição na sua propaganda eleitoral passada, quando ele disse que não iria permitir a existência de um Estado palestino enquanto ele estiver no poder, e que ele iria avançar com a construção e consolidação de novos colonatos. Ele também afirmou que não iria negociar sobre Jerusalém e nem desistir da fronteira no Rio Jordão. Exortou igualmente a Autoridade Palestiniana a pôr fim à sua relação com o Hamas e reconhecer o judaísmo do Estado de Israel como condição para a retomada das negociações.

9. A intransigência israelita e o bloqueio de qualquer possibilidade de acordo, forçaram os palestinos a iniciar um outro caminho que é a internacionalização da sua causa. Com um amplo apoio árabe e internacional, a Autoridade Palestina virou-se para as Nações Unidas, solicitando a esta última para fixar um prazo para o fim da ocupação, e requerendo a sua admissão a uma série de organizações internacionais, incluindo o Tribunal Penal Internacional, que admitiu a Palestina como membro em 1 de Abril de 2015.

10. O Presidente Abbas declarou no seu discurso antes da Cimeira Árabe de Março de 2015 que, apesar de todos os esforços para internacionalizar a causa palestina em resposta à intransigência de Israel, os palestinos continuam comprometidos com a paz, com base na legitimidade internacional e na Iniciativa Árabe para a Paz, de acordo com a Resolução 19/67 da Assembleia Geral, que enfatiza o fim da ocupação da Palestina, a obtenção da independência e da plena soberania sobre seu território ocupado desde 1967, com a sua capital em Jerusalém Oriental, e a resolução do problema dos refugiados de acordo com a Resolução 194, a cessação completa dos colonatos,

incluindo Jerusalém, a libertação de prisioneiros, o levantamento do cerco à Faixa de Gaza e a não recorrência da confiscação dos fundos fiscais.

11. Os esforços e a pressão internacional para criar um avanço entre as duas partes continuam a residir na esperança da revitalização do processo de paz. A este respeito, a Chefe de Política Externa Europeia, a Sra. Federica Mogherini, está a trabalhar no sentido de activar a participação europeia nas negociações, além da sua tentativa de envolver mais países árabes tais como a Arábia Saudita, a Jordânia e o Egipto no trabalho do Quarteto para Médio Oriente, composto por Estados Unidos, Nações Unidas, União Europeia e Rússia. A União Europeia, numa série de relatórios anuais nas áreas da democracia e direitos humanos, afirmou que Israel deve fazer todos os esforços para a rápida retomada do processo de paz no Oriente Médio, exortando igualmente a Autoridade Palestiniana a prosseguir medidas positivas para a retomada das negociações de paz, e apelou a Israel para garantir o respeito do direito internacional e dos direitos humanos nos territórios ocupados. As declarações do Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu, um dia antes de sua vitória eleitoral, suscitaram sérias preocupações em Bruxelas e Washington, quando ele afirmou que os palestinos não teriam nenhum Estado enquanto ele estivesse no poder. Recorde-se que a União Europeia escolheu o veterano negociador italiano Fernando Gentilini como seu Representante Especial para o Oriente Médio.

IV. As eleições Israelitas e as suas implicações

12. O Partido Likud, liderado pelo Primeiro-Ministro israelita Benjamin Netanyahu, obteve uma vitória surpreendente nas eleições gerais do país. Os resultados oferecem a ele a forte oportunidade para formar um governo de coligação da direita. Eles permitem-lhe presidir o governo de Israel, pela quarta vez, tornando-se no Primeiro-Ministro de Israel, com mandato mais longo. Os resultados dão ao Likud 30 assentos no Parlamento (Knesset), composto por 120 membros, enquanto o seu principal rival, a União Sionista, liderado por Isaac Herzog, que representa o centro-esquerda, ganhou 24 assentos.

13. À luz dos resultados das eleições recentes ganhas pelo ex-Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, há indicações de que não há parceiro israelita que esteja comprometido com negociações pacíficas, a fim de alcançar uma solução política satisfatória. Portanto, as acções palestinianas a nível internacional com vista a encontrar uma solução pacífica, que restaure os direitos dos palestinos e estabeleça justiça no terreno não podem ser consideradas como unilaterais. Os resultados também confirmam o compromisso do eleitorado israelita ao projecto expansionista colonial preconizado pelo Likud e a escalada e afirmação do judaísmo do Estado, apoio ao extremismo israelita, e rejeição da solução de dois Estados.

14. Os partidos árabe-israelitas ocuparam o terceiro lugar e ganharam 14 assentos no novo Knesset, de acordo os resultados das mesas de votação. Essa é a maior parcela obtida por palestinos no interior da Linha Verde na história, o que representa um desafio para eles em termos do uso efectivo da força parlamentar considerável. Os partidos árabes participaram pela primeira vez como parte de uma lista comum e um

plano para tornar-se na terceira força no próximo Knesset, e desempenhar um papel influente na vida política, mesmo quando eles se recusarem a participar em qualquer futuro governo, devido à considerável diferença entre seu programa e o de outros partidos.

V. Situação Interna dos Palestinos:

15. O governo palestino continua a envidar esforços para unir o povo palestino, pôr fim à divisão, fazer a reconciliação palestina uma realidade e realizar as eleições presidenciais e parlamentares o mais breve possível, em conformidade com os Acordos alcançados em Doha, no Cairo, e em Gaza, respectivamente.

16. A fim de atingir esse objectivo, foi acordado no Conselho Central Palestino designar uma delegação da Organização de Libertação da Palestina, para ir à Faixa de Gaza, deixando o Governo do Acordo Nacional, a continuar a assumir o seu papel, apesar dos obstáculos no seu caminho, a fim de exercer a sua autoridade e controlo total das fases para a reconstrução da Faixa de Gaza.

17. Neste sentido, enfatizamos a necessidade de se compreender a situação palestina através da legitimidade palestina, a fim de preservar a unidade da posição e da representação.

VI. Refugiado Palestinos:

18. Um terço dos refugiados palestinos está registado na UNRWA (*Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente*), ou seja, mais de 1,4 milhões de refugiados distribuídos em 58 campos de refugiados reconhecidos na Jordânia, Líbano, Síria, Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.

19. Devido à deterioração da situação de segurança na região árabe, particularmente na Síria, que acolhe num único acampo - o campo de refugiados de Yarmouk - aproximadamente 160.000 refugiados palestinos, o seu sofrimento aumentou significativamente durante o último período em que a Organização do Estado Islâmico assumiu o controlo de grandes partes do campo, situado perto de Damasco, capital da Síria. No entanto, a entrada daquela Organização, conhecida pelos órgãos de comunicação como "Daesh" ou "ISIS" no campo, suscitou medo entre os habitantes, dos quais mais de 2.500 fugiram para os distritos vizinhos, depois de a polícia ter facilitado sua passagem. Parece que a nova realidade tem contribuído para a unidade de facções palestinas contra a organização extremista.

20. O Ministro da Reconciliação Nacional, Ali Haidar, anunciou que a actual situação no campo de refugiados de Yarmouk, no sul de Damasco, do qual a "Estado islâmico" controla grandes partes, requer "uma solução militar." Antes do início do conflito sírio, a população do campo era de cerca de 160.000 e, actualmente, é de apenas 18.000 pessoas.

21. É bem sabido que as primeiras vítimas da intervenção militar são refugiados desarmados e inocentes, particularmente porque tal intervenção síria provavelmente ocorreria através de bombardeamentos aéreos a residências, sem excluir a possibilidade do uso de armas químicas proibidas, causando um grande número de feridos e mortes de crianças e mulheres. Portanto, o sofrimento dos refugiados palestinos está a aumentar, com a ausência de soluções políticas à sua causa, e por causa do fracasso da comunidade internacional em implementar as decisões da legitimidade internacional em apoio ao seu direito de regressar à sua terra natal de origem - a Palestina.

VII. Conclusões e Recomendações:

22. Reafirmamos o nosso apoio à resolução pacífica da causa palestina por meio de mecanismos de negociação acordados, em conformidade com os princípios do direito internacional, todas anteriores as Decisões e Resoluções pertinentes da UA, da ONU e da Liga Árabe.

23. Apelamos o retorno imediato ao processo de negociações de paz entre israelitas e palestinos. Exortamos a comunidade internacional para fazer pressão sobre Israel para cessação imediata dos colonatos, assassinatos, destruição de casas e expansão para territórios palestinos. Israel também deve retornar à solução de dois Estados e reconhecer o direito palestino a estabelecer seu Estado com capital em Jerusalém Oriental, dentro das fronteiras de 1967, a fim de viver em paz lado a lado com o Estado de Israel, para que a paz prevaleça na região.

24. A União Africana exorta as facções palestinas para se unirem e promover os valores da reconciliação nacional, a fim de obter posições de negociação unificadas e, assim, desfrutar de apoio regional e internacional para obrigar o lado israelita a aceitar os termos e as condições dos palestinos, apoiados por decisões internacionais nomeadamente, a solução de dois Estados.

25. A União Africana está comprometida em apoiar a causa palestina em todas as instâncias internacionais. A União exorta os seus Estados-membros para apoiarem a justa causa da Palestina, em todas as instâncias internacionais, e apoiar a luta do povo palestino pelo estabelecimento de um Estado independente, com base nas fronteiras de 4 de Junho 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital. A União Africana também reafirma todas as suas anteriores decisões relevantes em apoio à causa palestina.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2015-06-15

Report of the Commission on the Situation in the Middle East and Palestine

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8533>

Downloaded from African Union Common Repository